

SUMÁRIO

ADVERTÊNCIAS INICIAIS.....	19
-----------------------------------	-----------

Parte I

RECONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA PROCESSUAL

 Capítulo 1	
INTRODUÇÃO A UMA METODOLOGIA HISTORIOGRÁFICA ADEQUADA PARA A HISTÓRIA DO DIREITO E PARA A HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL: A PROPOSTA DE “HISTÓRICA” DE KOSELLECK E SUA HISTÓRIA DOS CONCEITOS JURÍDICO-POLÍTICOS	41
1.1. A “histórica” de Koselleck como metateoria para a história do direito.....	41
1.2. O sentido de uma “história dos conceitos” para os conceitos jurídicos	57
 Capítulo 2	
DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA HISTÓRIA: DA AUTOTUTELA À JURISDIÇÃO E DA JURISDIÇÃO AO PROCESSO	67
2.1. Da autotutela à jurisdição	67
2.2. Da Grécia Antiga aos nossos dias	70
2.2.1. A reconstrução tradicional da História do Processo.....	71
 2.2.2. Da fase primitiva até o processo romano	71
2.2.3. A fase judicialista.....	78
2.2.4. A fase dos práticos.....	80
2.2.5. A fase procedimentalista	81
2.2.6. Do processualismo científico germânico.....	82
2.2.7. Do processualismo científico italiano.....	83
2.3. A ressonância dos paradigmas estatais: uma nova proposta de sistematização histórica do processo	84
 2.3.1. Liberalismo processual.....	85
 2.3.2. Socialização processual.....	88
2.3.2.1. O argumento de Menger: o juiz que defende o hipossuficiente.....	89
2.3.2.2. O argumento de Klein: o processo como instituição de bem-estar social	90

2.3.2.3.	A recepção das ideias de Menger e Klein pelo modelo processual de bem-estar social no Brasil	95
2.3.3.	O argumento de Bülow – da relação jurídico processual (<i>prozessrechts-verhältnis</i>) e da aplicação jurídica solitária e sensível pelo julgador	97
2.3.4.	O acesso à Justiça e a instrumentalidade de Dinamarco	104
 2.3.5.	O neoliberalismo processual - Das tendências do Estado brasileiro a partir da década de 1990.....	106
2.3.5.1.	Da implementação do neoliberalismo no Brasil	108
2.3.5.2.	Uma advertência necessária – o neoliberalismo processual como pano de fundo das tendências de eficiência no campo processual – atenção no emprego da tecnologia.....	115
2.3.6.	Democratização processual	123

	Capítulo 3	
	TECNOLOGIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROCESSO – POR UMA VIRADA TECNOLÓGICA NO DIREITO PROCESSUAL	129
3.1.	Para começar a discussão: breves apontamentos sobre a inteligência artificial (IA).....	129
	3.2. Virada tecnológica no Direito Processual.....	139
	3.3. Etapas e mudanças.....	145
	3.4. Tecnologias na Advocacia e nos Tribunais.....	155
	3.5. Alguns apontamentos sobre os vieses dos modelos algorítmicos	163
3.6.	Alguns dilemas para o acesso à justiça – Assimetria informacional	173
	3.7. Alguns impactos transformadores da tecnologia – ODR	177
	3.8. Tribunais <i>on-line</i> , <i>e-acesso</i> à justiça democrático, arquiteturas de escolhas e <i>e-nudgings</i> : avaliando possíveis paradoxos decorrentes de pautas não-distributivas – em busca da democratização processual	193
	3.9. Como diretrizes éticas podem ajudar?	204
3.10.	A título de outras provocações.....	207
	3.11. Direitos fundamentais relativos ao processo na era do “big data” e inteligência artificial	211
3.11.1.	Direitos fundamentais estão em constante mudança.....	211
3.11.2.	“Big data” e inteligência artificial.....	213
3.11.3.	Novos direitos fundamentais do processo em tempos de “big data” e inteligência artificial.....	213

Parte II

TEORIAS DA JURISDIÇÃO

Capítulo 1	
A ATIVIDADE JURISDICIONAL.....	221
 1.1.	Conceito e concepções de jurisdição.....

1.2. Escopos (finalidades) da jurisdição	225
1.3. Requisitos técnico-jurídicos da jurisdição	227
1.4. Características da jurisdição	233

Capítulo 2

DAS MODALIDADES DE JURISDIÇÃO 235

2.1. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	235
2.2. Jurisdição civil e penal	236
2.3. Jurisdição especial e comum	238
2.4. Jurisdição ordinária e extraordinária	238
2.5. Jurisdição individual, coletiva e massificada	239

Capítulo 3

JURISDIÇÃO ESTATAL E NÃO ESTATAL 251

3.1. Introdução	251
 3.2. Mediação e conciliação.....	252
3.2.1. Conciliação.....	257
3.2.2. Mediação.....	258
3.3. Arbitragem.....	260
 3.4. Meios alternativos ou sistema multiportas?.....	262

Capítulo 4

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E A REDE NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA 271

4.1. A conexão entre a revisão da concepção de “acesso à Justiça” e a necessidade de cooperação judiciária	271
4.2. O projeto europeu de cooperação judiciária	272
4.3. O tratamento do tema da cooperação judiciária no Direito Processual brasileiro.....	275
4.3.1. A cooperação jurídica internacional no CPC/2015: auxílio direto e carta rogatória.....	275
4.3.2. A cooperação judicial entre juízos no Brasil	285

Capítulo 5

LIMITES DA JURISDIÇÃO..... 287

Capítulo 6

FUNÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL COMO FUNÇÃO ESSENCIAL DO ESTADO CONTEMPORÂNEO 291

6.1. O problema do ativismo e da judicialização da política e das relações sociais...	291
6.2. Os problemas de “eficiência” e da judicialização	301

Parte III

TEORIA DA AÇÃO

Capítulo 1

CONCEITO PLURAL DE AÇÃO PARA A CIÊNCIA DO PROCESSO.....	307
--	------------



Capítulo 2

O DESENVOLVIMENTO DAS TEORIAS ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE AÇÃO.....	309
--	------------



2.1. As teorias de matriz civilista ou teorias imanentistas.....	309
--	-----



2.2. A autonomia do direito de ação: o debate entre abstração e concretude	310
--	-----



2.3. A teoria eclética de Liebman.....	314
--	-----

2.3.1. Pressupostos teóricos.....	315
-----------------------------------	-----

2.3.2. Teoria da asserção ou prospecção – Interpretação diferenciada das condições da ação de modo a subsidiar maior aproveitamento processual – Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	318
---	-----

2.4. Teoria constitucional da ação.....	321
---	-----

2.5. A teoria da ação no CPC/2015.....	322
--	-----

2.6. Classificação das ações segundo a doutrina tradicional.....	325
--	-----

Parte IV

TEORIA DO PROCESSO

Capítulo 1

TEORIAS DO PROCESSO	331
----------------------------------	------------

1.1. Teorias do processo e do procedimento ("natureza jurídica")	331
--	-----

1.2. A teoria do processo como relação jurídica.....	336
--	-----



1.3. O processo como espécie de procedimento realizado em contraditório	340
---	-----



Capítulo 2

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO	345
---	------------

2.1. O "processo constitucional".....	345
---------------------------------------	-----



2.2. Constitucionalização do processo.....	347
--	-----



2.3. Interpretação a partir do modelo constitucional de processo.....	350
---	-----

2.4. Por um processualismo constitucional democrático	350
---	-----

2.5. Da necessidade de uma visão garantística de processo: a defesa da participação e do policentrismo – Por uma teoria normativa da comparticipação no processo democrático	354
--	-----



Capítulo 3

O QUE SÃO PRINCÍPIOS NA CONTEMPORANEIDADE? A DIMENSÃO NORMATIVO-PRINCIPIOLÓGICA ESTRUTURADA PELO CPC/2015.....	359
---	------------

3.1. Adoção e importância dos princípios nos julgamentos no Brasil.....	360
---	-----

3.1.1. O começo da trajetória: do jusnaturalismo a Kelsen	361
---	-----

3.1.2.	A aquisição de força normativa pelos princípios jurídicos.....	363
3.2.	Uma primeira proposta teórica: os princípios como valores e o método da proporcionalidade de Alexy	370
 3.3.	Uma segunda proposta teórica: a tese da integridade do Direito e a busca por uma resposta correta na aplicação dos princípios jurídicos com Dworkin	374
3.4.	Os perigos do <i>panprincipiologismo</i>	382
3.5.	Convivência entre os princípios e as regras	385
 Capítulo 4 REGRAS E PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS (FUNDAMENTAIS) – MODALIDADES.....		389
4.1.	Devido processo legal ou devido processo constitucional (art. 5º, inc. LIV, CR/88)	389
4.1.1.	Conteúdo normativo.....	389
4.1.2.	Dupla eficácia do devido processo legal: vertical e horizontal.....	396
4.1.2.1.	Eficácia vertical do devido processo legal.....	396
4.1.2.2.	Eficácia horizontal do devido processo legal	397
4.1.3.	Dupla dimensão de devido processo legal: formal e substancial (proporcionalidade).....	397
 4.2.	Princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa (art. 5º, inc. LV, CR/88 e arts. 6º, 9º e 10, CPC/2015) – Mudança paradigmática na aplicação do Direito – Fundamentos do sistema participativo/cooperativo de processo.....	399
4.2.1.	Inspiração técnica do modelo de participação/cooperativo adotado pelo CPC/2015 – Deveres decorrentes da cooperação.....	411
4.2.2.	Contraditório dinâmico: garantia de influência e não surpresa.....	419
4.2.3.	Contraditório, divisão de papéis e as propensões cognitivas – Motivação de um sistema normativo participativo em ambientes não cooperativos	420
4.2.4.	O contraditório, os direitos e os deveres dele provenientes.....	427
4.2.5.	Leituras do conteúdo do princípio e sujeitos do contraditório: do contraditório como bilateralidade da audiência, como simétrica paridade de armas e como garantia de influência	429
4.2.6.	O contraditório como garantia de aproveitamento da atividade processual.....	439
4.2.7.	Ainda sobre as decisões de surpresa – das matérias de conhecimento oficioso	440
4.2.8.	Contraditório e precedentes	450
4.2.8.1.	Precedentes e coerência.....	450
4.2.8.2.	Juizes como participantes do contraditório e precedentes	459
 4.3.	Princípio da ampla defesa (art. 5º, inc. LV, CR/88)	461
4.4.	Direito constitucional à prova (art. 5º, incs. LV e LVI, CR/88)	463

4.5.	Inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, inc. XXXV, CR/88)	466
4.5.1.	O movimento pelo acesso à Justiça e algumas ressonâncias no Brasil	466
4.5.2.	O acesso à Justiça no CPC/2015.....	469
4.5.2.1.	Alguns dilemas do acesso à Justiça	469
4.5.2.2.	Acesso à Justiça e modelo multiportas no CPC: meios integrados de solução dos conflitos – Aprimoramento da conciliação e mediação.....	472
4.5.2.3.	Reflexões sobre o “acesso à Justiça” qualitativo no CPC/2015	491
4.5.2.3.1.	Um breve histórico do movimento do “acesso à Justiça” quantitativo	493
4.5.2.3.2.	O “acesso à Justiça” qualitativo como (re)leitura do paradigma democrático.....	500
4.5.2.4.	O acesso à jurisdição qualitativo no regime do CPC/2015	502
4.6.	Fundamentação racional das decisões (art. 93, inc. IX, CR/88 e art. 489, CPC/2015): a vinculação com o contraditório como garantia de legitimidade democrática.....	509
4.6.1.	O dever de fundamentação, o problema do solipsismo decisório do magistrado e sua incompatibilidade com a ordem democrática	529
4.6.2.	Por que fundamentação e motivação não são sinônimos? Ou a importância da hermenêutica para a construção da decisão.....	534
4.7.	Publicidade (art. 5º, inc. LX, e art. 93, inc. IX, CR/88 e art. 189, CPC/2015)	546
4.8.	Duplo grau de jurisdição?	549
4.9.	Princípio da celeridade: da duração razoável do processo (art. 5º, inc. LXXVIII, CR/88)	551
4.10.	Duração razoável do processo: reflexos do novo formalismo.....	553
4.10.1.	Da solução integral do mérito, modelo multiportas e tecnologia.....	553
4.10.2.	Breve digressão sobre tecnologia e processo	559
4.11.	O princípio da boa-fé objetiva e sua aproximação do direito processual no art. 5º do CPC/2015.....	564
4.11.1.	Negócios jurídicos processuais e fase preparatória: algumas aplicações	572
4.11.2.	Modulação dos efeitos dos precedentes e boa-fé objetiva processual....	582
4.12.	Princípio do juízo natural (art. 5º, incs. XXXVII e LIII CR/88).....	585
4.13.	Princípios técnicos do procedimento (informativos).....	586
4.13.1.	Princípio dispositivo (princípio da iniciativa da parte, da inércia da jurisdição, <i>ne procedat iudex ex officio</i>)	586
4.13.2.	Princípio da congruência (adstrição, correspondência, correlação).....	588
4.13.3.	Princípio da oralidade.....	589
4.13.4.	Princípio da imediatidade (imediação)	591
4.13.5.	Princípio da identidade física do juiz.....	591

4.13.6. Princípio da concentração.....	593
4.13.7. Princípio da cooperação intersubjetiva.....	594
 4.14. Princípio da preclusão.....	596
4.14.1. A preclusão sob o aspecto subjetivo e objetivo – Doutrina clássica	597
4.14.2. Da legitimidade da preclusão	600
4.14.3. Do sistema de preclusão.....	601
4.14.4. Do princípio da eventualidade	602

 Capítulo 5	
NORMA PROCESSUAL: TEMPO E ESPAÇO	605
5.1. Introdução	605
5.2. A aplicação da lei processual no tempo aos recursos e a tese sobre o direito processual adquirido.....	610

 Capítulo 6	
GERENCIAMENTO DO PROCESSO: EM BUSCA DA DESCENTRALIZAÇÃO – DO CASE MANEJEMENT À RECEPÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	613
6.1. Considerações iniciais.....	613
6.2. Os negócios jurídicos processuais no direito estrangeiro.....	627
6.3. A proposta brasileira de tratamentos dos negócios jurídicos processuais no CPC/2015.....	634

Parte V

TEORIA DO PROCEDIMENTO

Capítulo 1

DIVERSAS MODALIDADES DE PROCEDIMENTO: COGNIÇÃO, EXECUÇÃO (CUMPRIMENTO - SATISFAÇÃO), PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, TUTELAS PROVISÓRIAS	655
--	------------

1.1. Cognição como atividade e procedimento – Considerações iniciais.....	655
 1.2. Entendimento inicial dos procedimentos de conhecimento.....	657
1.3. Procedimento COMUM, procedimento sumaríssimo e procedimentos especiais	660
1.3.1. Considerações iniciais	660
1.3.2. Escolha do procedimento cabível.....	662
1.4. Formação do procedimento.....	663
1.5. Suspensão do procedimento.....	664
1.6. Resolução do procedimento (julgamento ou não do mérito)	666

Capítulo 2

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	669
---------------------------------------	------------

Capítulo 3**UM ESBOÇO PARA UMA TEORIA DAS NULIDADES 673**

- 3.1. Classificação das nulidades processuais a partir de um olhar da dogmática tradicional..... 674
- 3.2. Nulidade do processo e nulidade de atos processuais..... 678
- 3.3. Teoria das nulidades no paradigma constitucional de processo 679

Capítulo 4**REFLEXÕES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL DA PROVA 681**

- 4.1. Introdução 681
- 4.2. Valoração das provas..... 684
- 4.3. Destinatários das provas..... 687
- 4.4. Princípios constitutivos da técnica probatória..... 692
 - 4.4.1. Do princípio da relevância ou pertinência probatória 692
 - 4.4.2. Princípio da atipicidade ou da não taxatividade dos meios de prova 693
 - ▶ 4.4.3. O ônus de prova..... 693
 - 4.4.3.1. Convenção sobre o ônus da prova 698
 - 4.4.3.2. Distribuição dinâmica do ônus da prova..... 699
 - 4.4.4. Princípio da aquisição processual ou da comunidade das provas 700
 - 4.4.5. Vedação do uso de prova ilícita 700

Capítulo 5**UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A FIGURA DOS RECURSOS: CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, PRINCÍPIOS, MODALIDADES 705**

- 5.1. Considerações iniciais..... 705
- ▶ 5.2. Dos princípios constitutivos do sistema recursal 709
 - 5.2.1. Princípio da taxatividade..... 710
 - 5.2.2. Princípio da voluntariedade..... 712
 - 5.2.3. Princípio da lesividade do provimento..... 715
 - 5.2.4. Princípio da consumação 717
 - 5.2.5. Princípio da complementaridade..... 718
 - 5.2.6. Princípio da singularidade..... 720
 - 5.2.6.1. Breve análise dos provimentos judiciais 720
 - 5.2.6.2. Conteúdo do princípio 722
 - 5.2.7. Princípio da fungibilidade..... 724
 - 5.2.7.1. Requisitos legais da fungibilidade no CPC/1939..... 725
 - 5.2.7.2. Requisitos da fungibilidade no CPC/73 726
 - 5.2.7.3. O princípio da fungibilidade no CPC-2015 730
 - 5.2.8. Princípio da irrecorribilidade em separado de algumas decisões interlocutórias 732
 - 5.2.9. Princípio das decisões juridicamente relevantes..... 734

5.2.10. Princípio da dialogicidade (dialecticidade).....	735
5.2.10.1. O ônus da dialecticidade.....	736
5.2.11. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	742
5.3. Definição técnica do recurso	744
 Capítulo 6 CONTRIBUIÇÕES PARA TEORIA GERAL DA TUTELA EXECUTIVA.....	747
6.1. Introdução	747
6.2. Diretrizes processuais na execução	750
 Capítulo 7 REFLEXÕES PARA TEORIA GERAL DAS TUTELAS PROVISÓRIAS	755
7.1. Tutelas diferenciadas: conceito – Dupla acepção	757
7.2. As técnicas processuais da cognição plena e da cognição sumária	760
7.3. A tutela provisória no novo CPC: breve análise.....	763
Capítulo 8 CONVERGÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS DE <i>CIVIL LAW</i> E <i>COMMON LAW</i>.....	781
8.1. Convergência de sistemas – O Brasil entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i> na aplicação do Direito.....	781
8.1.1. Considerações iniciais	781
8.1.2. Diversidade de litigiosidades: a tendência de padronização decisória... ..	785
8.1.3. Uma nova escola da exegese?.....	792
8.1.4. Ausência da percepção de convergência de sistemas jurídicos: o Brasil entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i>	800
 Capítulo 9 TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....	807
9.1. Litigiosidade repetitiva.....	807
9.2. Parametricidade e problemas do uso do Direito jurisprudencial no Brasil.....	815
 9.3. O sistema de precedentes no CPC-2015	825
9.4. Uso do direito jurisprudencial no CPC-2015 como base decisória.....	840
9.4.1. Do julgamento liminar	840
9.4.2. Do aumento das hipóteses de exequibilidade imediata das sentenças.....	841
9.5. Da repercussão geral e dos recursos especiais repetitivos no CPC-2015	846
 9.6. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	854
Capítulo 10 PROCESSO ELETRÔNICO	871
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	881